



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 4 | SEGURIDADE SOCIAL: ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE E PREVIDÊNCIA

UMA EXPERIÊNCIA MUNICIPAL NA IMPLEMENTAÇÃO DA ARTICULAÇÃO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL

A MUNICIPAL EXPERIENCE IN THE IMPLEMENTATION OF THE ARTICULATION OF THE
SOCIO ASSISTANCE NETWORK

Analú Lopes¹
Keli Regina Dal Prá²

RESUMO

Apresentar as informações sobre a implementação da Rede Socioassistencial a partir da experiência de um município localizado no Estado de Santa Catarina é o objetivo central do presente artigo. A coleta das informações ocorreu no ano de 2019, por meio de pesquisa campo com a realização de grupo focal. Os resultados apontaram para a importância dos burocratas de nível de rua, dispendo do poder discricionário e da relativa autonomia profissional no processo de implementação. Por outro lado, identificam-se a necessidade de maiores investimentos das burocracias de médio escalão na implementação da articulação da Rede Socioassistencial e, a relevância do planejamento e sistematização dos dados como ferramentas essenciais para viabilização da proteção socioassistencial ofertadas pela articulação da Rede Socioassistencial.

Palavras-chaves: Política de Assistência Social; Implementação; Burocratas de Nível de Rua; Articulação da Rede Socioassistencial.

ABSTRACT

To present information on the implementation of the Social Assistance Network from the experience of a municipality located in the State of Santa Catarina, or the main objective of this article. The collection of information took place in 2019, through field research with the realization of a focus group. The results pointed to the importance of street levels of bureaucracy, available for discriminatory power and

¹ Assistente Social. Doutoranda em Serviço Social no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: analu.ep@gmail.com

² Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: keli.regina@ufsc.br.

relative to professional capacity in the implementation process. On the other hand, it is necessary to identify the need for greater investments by middle-level bureaucracies in the implementation of the articulation of the Social Assistance Network and, a relevance of planning and systematization of data, as tools used to enable the social assistance protection offered by the articulation of the Social Assistance Network.

Keywords: Social Assistance Policy; Implementation; Street-level bureaucrats; Articulation of the Social Assistance Network.

INTRODUÇÃO

Adentra-se o ano de 2020 em conjuntura de crise mundial do capitalismo. No Brasil, têm-se na agenda governamental ultraliberal, autoritária e fundamentalista de Jair Messias Bolsonaro, o desmonte da Seguridade Social, dos direitos trabalhista, o aumento exponencial do número de desempregados, da fome, consolidando o retorno do país ao mapa da fome. Contudo, aprofunda-se de forma bárbara a conjuntura, com a pandemia provocada pela Covid-19, que evidencia a extrema desigualdade social que o país se estrutura, *eleva os níveis* de superexploração já vivenciada pela classe trabalhadora, aumentando colossalmente o exército de reserva, precarizando e mercadorizando a vida, colocando milhares de trabalhadores desprotegidos e de frente do dilema genocida, empregado pelo projeto de governo, entre não trabalhar e morrer de fome, ou trabalhar e correr o risco de ser infectado e morrer (devido a letalidade) pela Covid-19.

Os trabalhadores em condições de precarização e exploração do trabalho na crise sanitária do ano de 2020 passam a recorrer ao Estado e somam-se ao público-alvo da política de assistência social milhares de trabalhadores desprotegidos de renda e emprego que procuram proteção. Contudo, se deparam com políticas sociais sucateadas, resultado das constantes políticas de reajuste fiscais promovidas principalmente nos últimos anos, sendo a mais severa provocada pela Emenda Constitucional n. 95 (BRASIL, 2016) que garante o congelamento dos tetos de gastos das políticas da Seguridade Social e da Política de Educação, desfinanciando, sucateando e desmantelando as conquistas auferidas nas últimas décadas na área da Assistência Social e demais políticas sociais.

As políticas sociais ocupam papel central na vida das pessoas (esfera coletiva e privada) por serem fatores determinantes para o desenvolvimento do bem-estar na sociedade. O Estado, através de seus governos, possui a responsabilidade de dar suporte para a satisfação das necessidades sociais da população e desenvolve ações de cunho preventivo aos eventuais riscos que se agravam em tempos de adversidade e diante dessas, as políticas são respostas dadas à sociedade, realizando-se no primeiro momento a identificação da problemática e entrada nas agendas governamentais (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013).

Destaca-se as décadas de 1980 e 1990 período no qual as políticas sociais foram direcionadas para atender a reforma do Estado, “[...] com ênfase nos resultados e na desresponsabilização/devolução/privatização da provisão de bens e serviços sociais” (FARIA, 2005, p.99), intensificando e legitimando o enlaçamento da sociedade civil na implementação conjunta da promoção de serviços públicos e direitos. O período caracteriza-se por maior racionalização do Estado e da política social, sob uma racionalidade governamental de hegemonia neoliberal e gerencialista. As políticas sociais são organizadas levando em consideração uma cronologia de desenvolvimento, o Ciclo da Política (*Policy Cycle*), que se define por um esquema de visualização e interpretação que permitem organizar a vida de uma política social em fases sequenciais e interdependentes, que buscam desde identificar problemas à prever e controlar ações, reduzindo possíveis riscos e ampliando a eficiência na tomada das decisões dos governos (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013).

As etapas do Ciclo da Política são: 1ª *Montagem da Agenda* – é o momento que diferentes grupos levantam os problemas que poderão ser inseridos ou não nas atividades de um grupo no poder; 2ª *Formulação* - etapa que “faz-se a identificação, o refinamento e a formalização das opções políticas que poderão ajudar a resolver as questões e os problemas reconhecidos no estágio de montagem da agenda” (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013, p.123); 3ª *Tomada de Decisão* – é a fase em que uma, mais de uma, ou nenhuma das opções, levantadas no estágio anterior, são aprovadas oficialmente; 5ª *Avaliação* “[...] estágio do processo em que se determina como uma política de fato está funcionando na prática” (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013, p.199).

A 4ª etapa, é a fase que se localiza o diálogo proposto neste artigo, denominada como *Implementação* - momento no qual a decisão política chegará à população. A

implementação da política é realizada através do provimento de serviços/ações e pode ser efetivada tanto pelos servidores públicos ligados a administração pública, como pela sociedade civil (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013). A implementação por diferentes esferas se dá através da ação de servidores que trabalham diretamente nos territórios e com os problemas reais da população. Os profissionais que implementam as políticas sociais, para a autora Lotta (2010), esses possuem as chaves para a cidadania, pois podem tanto garantir como não o acesso aos direitos e serviços, o acesso da população administração pública.

O poder de decisão dos profissionais é atravessado pelos impactos da condição de ser um trabalhador assalariado; da pressão institucional (empregador) para aumentar a efetividade, responsabilidade e reprodução do controle do Estado; tensionamento dos cidadãos que buscam acesso aos serviços e direitos ofertados de forma sucateados ou desmantelados pelo Estado. Adensa-se também na construção (teleologia) do poder de decisão os valores das categorias profissionais, da condição de funcionário público, valores pessoais e de projetos societários. A importância do poder de decisão na implementação das políticas sociais é identificada pioneiramente nos estudos do autor Michael Lipsky (1980) que lança o debate localizando na discussão *street level bureaucracy* - burocracia de nível de rua³.

O Estado, portanto, é convocado a organizar a prestação de serviços através de políticas sociais, todavia implica-se diretamente no cenário onde o capital se amplia, a financeirização controla, o trabalho é precarizado (IAMAMOTO; CARVALHO, 1998). Neste cenário a política de assistência social que se institui de forma dinâmica e atrelada ao desenvolvimento das relações sociais na sociedade, têm em seus primórdios ações pontuais ofertadas consideravelmente pela esfera privada, pois nesse nicho o capital não vê visibilidade de mercadorização e produção de valor. A relação entre o mix público e privado na oferta da proteção socioassistencial é legitimada na reorganização dos serviços, programas, projetos e benefícios da área da assistência social em 2005 com a constituição da Rede Socioassistencial, considerado um avanço histórico para oferta dos direitos socioassistenciais.

³ São profissionais como professores, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, educadores sociais, etc. - funcionários públicos que trabalham diretamente no contato com a população e viabilizam o acesso à direitos sociais através da implementação de políticas sociais (LOTTA, 2012).

O trabalho em redes de serviços e políticas busca o rompimento com a departamentalização e a integração vertical, dentro de estruturas hierarquizadas, integrando diferentes setores, serviços através da mobilização, abertura de espaço de negociações, etc., construindo novas formas de relação entre Estado e Sociedade (LOIOLA; MOURA, 1997). Para que ocorram essas novas formas de governança política as redes “[...] dependem, em boa medida, do empenho e da vontade política dos governos municipais e do status de participação e corresponsabilidade da sociedade local” (GUARÁ, 2010, p. 59).

Partindo da lógica de nova governança política, o objetivo do artigo é apresentar informações sobre a implementação da Rede Socioassistencial a partir da experiência de um município localizado no Estado de Santa Catarina. O trabalho resulta da aplicação de uma pesquisa de caráter qualitativo, que permite elucidar os processos e/ou fenômenos complexos que uma intervenção em rede pressupõe, que envolvem um espaço institucional composto por diferentes atores que se relacionando, possuem compreensões, projetos profissionais semelhantes e/ou dispares, que impactam no poder discricionário e na relativa autonomia que direcionam a implementação de políticas sociais (MINAYO; SANCHES, 1993). A definição do lócus de pesquisa ocorre após a identificação da relevância e pioneirismo na construção de frentes e ferramentas de trabalho por profissionais de um município de pequeno porte I do Estado de Santa Catarina.

Para a coleta de dados utilizou-se da técnica de grupo focal (TRAD, 2009) por possibilitar a compreensão do processo de implementação da articulação da Rede Socioassistencial pelos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), considerando um processo de trabalho coletivo, que prevê diferentes atribuições e responsabilidades, que se fundamenta ao mesmo objetivo que a oferta da proteção socioassistencial. Para isso, foram selecionados 15 profissionais, dos quais 10 participantes compuseram como sujeitos da pesquisa. Os dados coletados foram organizados, interpretados a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 1977), que permitiu identificar três importantes etapas de implementação no município que perpassaram pela: reorganização da oferta da Política de Assistência Social no território municipal; implementação da Rede Socioassistencial; e, implementação da Rede Socioassistencial.

Os resultados expostos demonstram a relevância do trabalho da burocracia de nível de rua nos três processos de implementação, balizadas pelo poder discricionário e a relativa autonomia profissional dos profissionais tanto da área da assistência social como de outras políticas sociais. Destaca-se que um dos elementos fundantes do processo de implementação foi a atuação do profissional assistente social que disposto da relativa autonomia profissional, articula as dimensões do exercício profissional e do processo técnico-operativos. De outro lado, demonstram a necessidade de empreendimento de maiores esforços da burocracia de médio escalão, do investimento na sistematização dos dados e planejamento de ações.

Por fim, o contexto de 2020 inicia com cortes orçamentários brutais na área da assistência social, ocasionando o fechamento de serviços nos territórios municipais e/ou executados de forma precária. Adensadas a uma conjuntura complexa, de pandemia da Covid-19 e superexploração do trabalho, nos coloca enquanto profissionais de frente ao desafio de desenvolver ações sob novas metodologias de intervenção, requer planejamento, sistematização, organização e trabalho coletivo, construções que divergem e diferenciarão ação de política social das ações de cunho caritativas promovidas pela sociedade. Como forma de dialogar sobre a organização do trabalho coletivo na implementação da Rede Socioassistencial apresentar-se-á a experiência do município catarinense.

2 EXPERIÊNCIA MUNICIPAL NA IMPLEMENTAÇÃO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL

Os 10 sujeitos da pesquisa perfilam-se em nove participantes do sexo feminino e um do masculino; todos com nível superior, formados nas especificidades de Serviço Social, Psicologia, Pedagogia e Administração; e eram funcionários públicos concursados, com experiência superior há dois anos na área da política de assistência social. Uma política implementada por mulheres e para um público majoritariamente feminino, expressando o atrelamento entre gênero, pobreza e cuidado centralizado na mulher, tanto na esfera doméstica do trabalho não remunerado quanto trabalho remunerado. Na experiência municipal, não divergente do contexto nacional, o início de implementação da assistência social ofertada no âmbito público é demarcado pela

incipiência, pontual, vinculada à primeira dama, focalizada na infância, mulher, velhice e apresenta viés caritativo.

O município tem população de 18.261 mil habitantes, sendo considerado de pequeno porte I. Desta população, o público prioritário do SUAS cadastrado no ano de 2018 no CADUNICO são de 830 pessoas e 237 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF). Em relação ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), o município possui 195 beneficiários (BRASIL, 2018). A estrutura organizacional da política de assistência social no período da aplicação da pesquisa é: Proteção Social Básica: Serviço de Proteção a Famílias e Indivíduos (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); Proteção Social Especial de Média Complexidade: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço Comunitários (PSC); Proteção Social Especial de Alta Complexidade: Serviços de Acolhimento Casa Lar para crianças e adolescentes e Serviço Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI). Toda a oferta de serviços é viabilizada pelo âmbito público, somente a ILPI é ofertado através de convênio pela esfera privada. No que tange aos benefícios, o município possui setor específico para os benefícios eventuais.

Entretanto, à chegada até essa estrutura organizacional apresenta alguns elementos importantes para dialogar com os direcionamentos que são dados para efetivar a implementação, como poderão ser vistos no decorrer da exposição. O percurso histórico da implementação do SUAS no território brasileiro tem início em 2005, e ganha cobertura nacional, mas no município pesquisado a trajetória de implementação fora distinta, como pode-se observar:

[...] somente eu... {profissional assistente social} até 2011, porque aí foi quando foi instituído o CRAS, aí eu fui alocada para o CRAS, e foi contratada uma assistente social pra gestão e aí também foi instituída a Casa Lar, né? E aí foi contratada a equipe técnica da Casa Lar também. Foi aí que começou a se moldar né, os padrões da Política de Assistência Social no município (Grupo Focal 01, 2019).

Até o ano de 2011 a Política de Assistência Social do município era implementada somente por um profissional assistente social. Ao realizar a habilitação para oferta do SUAS (Gestão Inicial) o município implementa os serviços PAIF, Casa Lar e contrata

profissional assistente social para a Gestão. Esta primeira organização já ultrapassa o que considera critérios para o nível de habilitação, situação que impacta diretamente no financiamento, pois o município oferta serviços de outros níveis de proteção, referentes a Gestão Plena que não foram pactuados, sobrecarregando a esfera municipal para cofinanciamento. Outro dado, diz respeito a opção pela implementação de serviços de extremidades (básica e alta complexidade – CRAS e Casa Lar), estratégia que resulta da necessidade de resposta ao Termo de Ajuste de Conduta (TAC) para oferta do serviço de alta complexidade para crianças e adolescentes, deixando descoberto o nível de proteção de média complexidade que poderia evitar, fazer um gargalo de crianças em situação de medida protetiva de afastamento do convívio familiar. Conforme Lotta (2010) as políticas sociais são o que o governo escolhe fazer ou não fazer, e a implementação é a produção de resultados do que o governo decidiu fazer.

A estrutura organizacional passa a ser modificada na contratação do profissional assistente social para atuar na Gestão, em condição de sobrecarga de trabalho é responsável pela implementação dos serviços de medidas socioeducativas LA e PSC, benefícios eventuais e secretaria executiva do Conselho Municipal de Assistência Social. O acúmulo de funções na área da assistência social é uma realidade do trabalho precarizado e polivalente. Tendo como referência a atuação do assistente social abriu frentes de trabalhos no território, mobilizando tanto a gestão como as equipes de referência.

A primeira frente de trabalho deu-se pelo fornecimento de informações e forma com que conduziu a transmissão do conhecimento à equipe de Gestão, deixando evidente a execução de mobilização e mediação. a) Oferta de informações - media e mobiliza a criação de vagas para concurso público. Os profissionais, assistente social e psicólogo advindos do certame, compõem a equipe de referência de média complexidade e serão responsáveis pela implementação do PAEFI e Medidas Socioeducativas. Essa ação rompe a lacuna na organização estrutural da proteção socioassistencial ofertada pelo município e orienta-se pelo direito a convivência familiar e comunitária, diferente de uma estrutura de oferta de serviços já direcionada à institucionalização; b) com a implementação dos serviços da equipe de referência, inicia-

se a reorganização do espaço físico para oferta dos serviços, separando as atividades do CRAS, dos serviços de Média Complexidade e das atividades da gestão.

Disposta de nova estrutura organizacional, outra frente de trabalho aberta pela assistente social se dá junto aos demais burocratas de nível de rua, a qual mobiliza os profissionais das equipes de referência para o debate sobre o trabalho em rede e a importância da implementação.

As equipes dos serviços socioassistenciais aderem a mobilização, reconhecem a importância do debate da implementação e passam a tomar frente na implementação da Rede Socioassistencial. Firmam parcerias, debatem, dialogam e mobilizam outros autores para construir o trabalho em rede. Por outro lado, na implementação de redes de trabalho, as relações interpessoais, disputas de projetos profissionais e societários atravessam o cotidiano e podem ser complicadores ou até comprometedores para efetivação viabilização da proteção socioassistencial de forma integral.

Identificou-se disputas de projetos societários e profissionais, comuns no cotidiano profissional. O direcionamento ético-político leva a problematização sobre a atuação e responsabilidade enquanto funcionário público, burocrata de nível de rua, profissional do SUAS e das atribuições e competências técnicas. A disparidade ou atravessamentos de compreensões é um espaço de disputa, de negociação e de pactuação, que podem determinar a forma que a proteção socioassistencial será implementada no território.

Mas de outro modo também ocorre a adesão dos demais burocratas de nível de rua para construir o trabalho em rede. Das reuniões da Rede Socioassistencial o coletivo de profissionais mobilizado atuando na rede identificam a necessidade do trabalho em rede intersetorial, fundamentada numa perspectiva da integralidade, compreendendo a complexidade das demandas sociais e necessidade de respostas de um conjunto de políticas sociais. As reuniões da Rede Intersectorial

[...] acontecem normalmente mensal, né? A gente, né, vê todas as políticas do município, vem a participação do judiciário. [...] cada setor pode trazer, explicar, porque nem todo mundo sabe. Ah, mas o que o CRAS faz? Que que o NASF faz? Que que é o serviço de acolhimento? Que que é a média complexidade? Então nessas... essas reuniões acabam que tem aquele momento onde os seus setores falam, né? (Grupo Focal 01, 2019).

A compreensão da matéria de cada serviço permite a Articulação da Rede Intersetorial que se caracteriza pelo fortalecimento da transferência do conhecimento e atribuições dos diferentes setores, buscando-se a legitimidade e essencialidade das políticas no território e determina a forma com que a política chegará até a população. A Rede Intersetorial é resultado das reuniões dos profissionais da Rede Socioassistencial “que se mobiliza{ram} em torno de temas que afetam o dia-a-dia, reforçando a colaboração e a solidariedade como instrumentos eficazes para a ação e a experimentação de novas formas de resolução de problemas” (JACOBI, 2000, p.133). Das novas formas de resolução dos problemas a Rede Intersetorial construiu: fluxo de atendimento para crianças vítimas de violência; teatro para prevenção da exploração sexual infanto-juvenil e divulgação das atividades da Rede Intersetorial:

Na ação da rede observa-se o direcionamento de três frentes de trabalho: a) atividade de prevenção da exploração infanto-juvenil (foco principal de intervenção); b) divulgação do trabalho da Rede Intersetorial, construindo bases de legitimação (foco secundário da intervenção); c) mobilização dos demais burocratas de nível de rua (que não compõe diretamente a rede) à adesão, compromisso e responsabilidade (adulto de confiança) à vítima da exploração infantil (foco terciário de intervenção). Para realizar o trabalho em rede os burocratas de nível de rua identificaram o compromisso com o usuário, a mobilização, a comunicação, a energia, a persistência e a organização como elementos importantes para pensar sua articulação.

A rede pode se constituir em um veículo socialmente construído, que tem como propósito a ação para mobilização de energias que se constituem por esforços individuais e coletivos que se direcionam por objetivos comuns “que podem ser sociais, de produção ou de manutenção, mas necessitam de ação coletiva para que sejam alcançados” (FREY, 2008, p.10).

Destaca-se articulação das dimensões do processo técnico-operativo nas ações implementadas, sendo possível visualizar a potencialidade da dimensão *gestão e planejamento* (MIOTO; NOGUEIRA, 2009), que se resulta da articulação da dimensão *sócio-educativa*. E, destas mediações, no horizonte pode-se caminhar para implementação da dimensão *político organizativa* tendo como referência a perspectiva da análise dos interesses coletivos da população.

Outro aspecto importante à exposição diz respeito ao financiamento das ações realizadas pela rede intersetorial, as quais foram totalmente custeadas pela Política de Assistência Social.

Historicamente demarca a Política de Assistência Social no país o atrelamento de ações e indivíduos vinculados a igreja, que na contemporaneidade legitima a ideologia fundamentalista e neoconservadora que fundamenta a agenda governamental ultraliberal de Jair Messias Bolsonaro, é uma realidade que se reproduz nos territórios, e no caso do município pesquisado, a coordenação do SCFV é de responsabilidade de trabalhador vinculado a ações voluntárias da igreja católica, e aqui precisa-se verificar como será a condução do poder discricionário deste profissional.

Chama-se atenção para o processo que se desenvolveu no cotidiano do município x, que desencadeou-se automaticamente, sem formalização de objetivos. Os dados produzidos necessitam ser sistematizados diariamente, compondo a dimensão da gestão e planejamento, pois senão as informações escoam-se, perdem-se e/ou somente atendem os interesses burocráticos para pleiteamento de verbas financeiras. Por sua vez os dados sistematizados são utilizados para planejar o projeto de trabalho - o técnico-operativo do cotidiano, podendo também direcioná-los para o lócus investigativo. É possível observar que durante toda a análise observa-se que os profissionais articulam as três dimensões do processo técnico-operativo, todavia é recorrente escutar-se a dificuldade que os assistentes sociais em reconhecerem no âmbito da gestão, do planejar.

Todo o processo fica localizado somente na esfera mental de cada indivíduo, e cada um projeta seu exercício profissional, sem formalização, o que posteriormente torna-se uma etapa difícil para avaliar, pois não se tem claro o que almejava-se alcançar, embora aqui atinja-se a implementação da Rede Socioassistencial - um resultado exitoso.

Portanto, os espaços sociocupacionais nos desafiam a utilizar a dimensão socioeducativa, sistematizá-la e reconhecer-se neste espaço do planejar o projeto profissional e o projeto que a Rede Socioassistencial e Intersetorial realizará em determinado território. São ferramentas que qualificadas podem ser utilizadas para disputa de fundo de público de legitimar a política socioassistencial do município, situações que podem diminuir a incidência de ações conservadores, tecnicistas,

clientelistas que se transformam em discursos messiânicos e fatalistas que descaracterizam a conquista dos direitos socioassistenciais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento da dinâmica do território será essencial para planejar e projetar frentes de trabalho, balizadas por uma análise de perspectiva crítica, diminuindo a incidência da reprodução de ações tecnicistas, benevolentes e discursos fatalistas e messiânicos tão passíveis no contexto de avanço do conservadorismo, aumento da demanda e precarização do trabalho. No âmbito da Assistência Social é necessário dar a população que demanda a proteção socioassistencial à Rede Socioassistencial que a resposta seja sempre direcionada a legitimação do serviço acessado enquanto a um direito. Todavia, para fortalecer e demarcar a essencialidade da Política de Assistência Social é preciso pensar numa gestão em rede, traçada pelos mesmos objetivos que afiança um direito social e mesmo em tempos de distanciamento social, dialogar e construir um trabalho coletivo, para isso a experiência do município x pode ser um pontapé para construção da implementação.

Todavia, necessita-se também pontuar duas fragilidades encontradas na pesquisa sobre a implementação da Rede Socioassistencial. A primeira se dá no âmbito do planejamento e sistematização de dados, observa-se que principalmente sobre a Rede Socioassistencial não se obteve a passagem por essas etapas. Todavia, é a sistematização de todas essas articulações que compõem o exercício profissional, que imprime a necessidade da especialização do exercício profissional na divisão sócio-técnica do trabalho.

O segundo aspecto se dá na esfera da burocracia de médio escalão, ou as equipes de gestão das políticas sociais. Percebe-se a mobilização do burocrata de nível de rua aos burocratas de médio escalão, os quais garantem a reorganização da oferta da Política de Assistência Social, mas não se alcança detalhadamente quais foram as funções desempenhadas da burocracia de médio escalão, primeiro que não obteve-se a participação de nenhum profissional da equipe, inviabilizando a produção e análise dos dados, situação que corrobora com as pesquisas que apontam a lacuna sobre estudos direcionados a burocracia de médio escalão.

Portanto, a conjuntura de crise estrutural do capital associada a crise sanitária, nos coloca a necessidade enquanto assistentes sociais, a compor pautas de luta que legitimem e corroborem com a defesa de uma nova ordem societária. Tal posicionamento exige análise crítica da realidade, de defesa dos direitos conquistados, de denúncias de qualquer forma de violação dos direitos humanos, das violações do código ética, etc. E no âmbito da Assistência Social a possibilidade de ampliar o debate sobre a EC n. 95/2016 e a necessidade de sua revogação, de pensar enquanto o coletivo de trabalhadores de linha de frente, que estão em diferentes segmentos, reafirmando a essencialidade e o caráter universal da política.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 95 de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>.

Acesso em: 8 de mar. 2018.

_____. **Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome**. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Relatório de Programas e Ações do MDS. 2018. s/p. Disponível em:

<<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/mds/index.php#metasepagamentoss nas>>. Acesso em: 28 de maio 2018.

FARIA, C.A. P. A Política de Avaliação de Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ANPOCS: São Paulo, vol. 20 nº. 59 out. 2005. p.99-109. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/cursos_eventos/governanca_2006/gover_2006_03_m etodologia_avaliacao.pdf. Acesso em: 16 de jun. de 2019.

FREY, K. **Governança e Redes em Políticas de Caráter Público**. ANPAD: Salvador, 2008. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnAPG187.pdf>. Acesso em 24 de jun. 2019.

GUARÁ, I. M. F. R. Proteção Integral em Redes Sociais: A sociedade se articula para cuidar dos cidadãos mais vulnerabilizados. In: GUARÁ, I. M. F. Rosa. **Redes de proteção social. Abrigos em movimento**. 2010. p.41-51. Disponível em:

<https://www.neca.org.br/wp-content/uploads/Livro4.pdf>. Acesso em: 05 de fev. de 2020.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política Pública**: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IAMAMOTO; M. V; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 10 ed. São Paulo: Cortez; Lima (Peru): CELATS, 1998.

JACOBI, P. Meio Ambiente e redes sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: FGV, v. 34, n. 06, 2000. p.131-158. Disponível em: file:///C:/Users/Administrador.LAPTOP-7KI3PEGI/Downloads/6353-12143-1-PB.pdf. Acesso em: 22 de jun. 2019.

LOIOLA, E.; MOURA, S. Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. In: FISCHER, T. (Org.). **Gestão Contemporânea**: cidades estratégicas e organizações locais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LOTTA, G. O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade. In: FARIA, C. A (org.). **Implementação de políticas públicas**: teoria e prática. Belo Horizonte: Editora PUCMINAS, 2012. p.26. Disponível em: <https://perguntasapo.files.wordpress.com/2014/06/pend-08-gabriela-s-lotta-2-revisado-2.pdf>. Acesso em: 22 de jun. 2019.

_____. **Implementação de Políticas Públicas**: O impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre a atuação dos Burocratas de Rua no Programa Saúde de Família. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo: USP, 2010. Disponível em: file:///C:/Users/Administrador.LAPTOP-7KI3PEGI/Downloads/2010_GabrielaSpangheroLotta.pdf. Acesso em: 23 de jun. 2019.

MINAYO, M. C. de S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementariedade? **Cadernos de Saúde Pública**: Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, 1993. 239- 248p. Disponível em: file:///C:/Users/Administrador.LAPTOP-7KI3PEGI/Downloads/36510-Article%20Text-43047-1-10-20120808%20(1).pdf. Acesso em 11 de jul. 2019.

MIOTO, R. C. T; NOGUEIRA, V. **Serviço Social e Saúde – desafios Intelectuais e operativos**. Ser Social, Brasília, v. 11, n. 25, p. 221 - 243, jul./dez.2009. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewFile/374/227>. Acesso em: 29 de set. 2019.

TRAD, L. A. B. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 19, 2009. p. 777-796. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v19n3/a13v19n3.pdf>. Acesso em 11 de jul. de 2019.